



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS



2018

DIRETOR

Ricardo Magnus Osório Galvão

VICE-DIRETOR

Antônio Divino Moura

CHEFE DE GABINETE

Maria Virginia Alves

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

Carlos Roberto Marton da Silva

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - COCTI

Antônio Esio Marcondes Salgado

COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS - COCRH

José Agnaldo Pereira Leite Júnior

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - CGPLS

Coordenação de Administração – COADM

Presidente: Mary Cleide Hernandes Mantovaneli (SELCO)

Coordenação de Tecnologia da Informação – COCTI

Vice-Presidente: Lília de Sá Silva (SCSTI)

Coordenação de Administração – COADM

Anísio Messias Moliterno (URURC)

Coordenação Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial (CGETE)

João Paulo Estevam de Souza (SESEQ)

Laboratório de Integração e Testes - COLIT

João Valdecir Bento (COLIT)

Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos – CGCPT

Luciano Fernandes Sacilotto (SESAA)

Marley Cavalcante de Lima Moscati (DIDMD)

Coordenação de Recursos Humanos – COCRH

Maria Teresa Malaquias de Albuquerque (SCSAS)



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. INTRODUÇÃO.....	1
3. BASES DE SUSTENTAÇÃO.....	3
4. ESTRUTURAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO	3
4.1. Objetivos	3
4.2. Diretrizes e Metodologia de Trabalho.....	4
5. TEMAS	4
TEMA 1 - QUALIDADE DE VIDA	5
TEMA 2 - MATERIAL DE CONSUMO.....	5
Copo descartável.....	5
Papel para impressão.....	6
TEMA 3 - ÁGUA E ESGOTO	7
TEMA 4 - ENERGIA ELÉTRICA.....	7
TEMA 5 - COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	8
TEMA 6 - COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	9
TEMA 7 - TELEFONIA (FIXA E MÓVEL) E TRANSMISSÃO DE DADOS	10
TEMA 8 - SERVIÇO DE IMPRESSÃO CORPORATIVA	10
TEMA 9 - OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL	11
TEMA 10 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES	12
TEMA 11 - COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO MASSIVA AFETAS AO TEMA SUSTENTABILIDADE	12
6. INVENTÁRIO DE BENS - ITENS SUSTENTÁVEIS	13
7. REFERÊNCIAS	13

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE é uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), constituindo-se uma Instituição Científica e Tecnológica (ICT) que “tem como finalidade realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, da Engenharia e Tecnologia Espacial e, mais recentemente, da Ciência do Sistema Terrestre, consoante à política definida pelo Ministério”, conforme Portaria/MCTI nº 897, de 3 de dezembro de 2008.

A Unidade Sede do INPE localiza-se em São José dos Campos - SP. As demais unidades do INPE incluem: as Unidades Regionais, situadas em Cachoeira Paulista - SP e em Cuiabá - MT, o Centro Regional Sul em Santa Maria - RS, o Centro Regional do Nordeste em Natal - RN e o Centro Regional da Amazônia em Belém - PA. Suas instalações de menor porte situam-se em Alcântara - MA, São Luís - MA, Eusébio - CE, Brasília - DF, Atibaia - SP, São Paulo - SP e São Martinho da Serra - RS.

Como 89% dos colaboradores do INPE são alocados nas Unidades de São José dos Campos - SP e Cachoeira Paulista - SP e, ainda, como as duas Unidades responderam por 98% da execução orçamentaria do Instituto em 2017, optou-se por manter o escopo do Plano de Logística Sustentável (PLS-INPE) restrito a essas duas Unidades.

Devido às características de suas atividades ligadas às áreas espacial e ambiental e às dimensões do Instituto, o INPE, já há algum tempo, adota práticas e medidas que se alinham ao conceito de sustentabilidade. Mesmo antes do primeiro PLS, em 2013, ações de sustentabilidade vinham sendo realizadas neste Instituto, tais como: controle e monitoramento do consumo de energia elétrica, uso racional de água, coleta seletiva de lixo e destinação do material reciclável, construção de novos prédios com modos de edificação baseados em conceitos de sustentabilidade, uso de tecnologias da informação para incentivar práticas de consumo que minimizem o desperdício e compras com critérios de sustentabilidade.

2. INTRODUÇÃO

No documento intitulado "Our Common Future", também conhecido como “Relatório Brundtland”, o desenvolvimento sustentável é concebido como “desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas necessidades” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2010; World Commission on Environment and Development, 1987) e aborda os três aspectos do desenvolvimento sustentável: proteção ambiental, crescimento econômico e igualdade social (FISHER; BONN, 2011), referindo-se à integração de objetivos de alta qualidade de vida, saúde e prosperidade, em conjunto com justiça social e manutenção da capacidade da Terra de suportar a vida em toda a sua diversidade. Os objetivos sociais, econômicos e ambientais são interdependentes e reforçam-se mutuamente e, com isso, pode-se definir que “desenvolvimento sustentável” é uma forma de expressar as

expectativas mais amplas da sociedade como um todo (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2010).

A produção e o consumo sustentáveis tratam da promoção de eficiência energética e de recursos, infraestrutura sustentável, e provisão de acesso a serviços básicos, trabalho decente, e melhor qualidade de vida para todos. Sua implementação ajuda a reduzir futuros custos econômicos, ambientais e sociais, fortalece a competitividade econômica e a redução da pobreza (Organização das Nações Unidas, 2018).

O consumo sustentável é definido por um conjunto de práticas relacionadas à aquisição de produtos e serviços que visam diminuir ou eliminar os impactos ao meio ambiente. São atitudes positivas, que preservam os recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico em nosso planeta. Estas práticas estão relacionadas à diminuição da poluição, incentivo à reciclagem e eliminação do desperdício.

Em todo o mundo, as estruturas administrativas governamentais são responsáveis por uma grande parcela da movimentação na economia e nos recursos naturais de seus países, assim como no Brasil. O atual impacto das atividades realizadas pelo governo na sociedade e no meio ambiente exige a implantação de um sistema de gestão e logística mais sustentável.

Sustentabilidade envolve decisões quanto ao futuro do planeta; responsabilidade, tanto das organizações empresariais e sociedade civil, como também do governo; envolve justiça social, equilíbrio econômico e respeito ao meio ambiente. A sustentabilidade na gestão pública exige mudanças de atitudes, e o grande desafio consiste em transpor o discurso para a prática, concretizando-o em ações.

Dessa forma, elaborou-se o PLS-INPE com vistas a assegurar o respeito aos direitos sociais e humanos e a reduzir impactos à saúde humana e ao meio ambiente.

Nesse sentido, o presente Plano está amparado legal e normativamente pelos dispositivos, a saber:

- I. Art. 225 da Constituição, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações;
- II. Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a separação de resíduos recicláveis descartados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta em benefício de associações e cooperativas de catadores de material reciclável;
- III. Decreto no 7.478, de 12 de maio de 2011, que criou a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, que tem como objetivos principais: formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos e aperfeiçoar a gestão pública, visando à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito o Poder Executivo;
- IV. Acórdão no 1.752, de 29 de junho de 2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, em especial o item 9.8, que recomenda ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão "que incentive os órgãos e instituições públicas federais a adotarem um modelo de gestão organizacional estruturado na execução de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais (...)";

- V. Decreto nº 7746 de 05 de junho de 2012 que regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- VI. Portaria Interministerial nº 244 de 06 de junho de 2012, Ação conjunta de quatro Ministérios (Planejamento, Meio Ambiente, Minas e Energia e Desenvolvimento e Combate à Fome), que instituiu o Projeto Esplanada Sustentável (PES), com a finalidade de integrar ações visando à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e a inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho;
- VII. Instrução Normativa nº 10 de 12 de novembro de 2012, expedida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, previsto no Decreto acima citado.

Este Plano de Gestão Logística Sustentável é uma atualização do anterior (PLS-INPE 2016) e faz parte de um conjunto de Ações da Administração Pública Federal que visam à promoção do uso racional de recursos e a incorporação de práticas de sustentabilidade na cultura institucional dos órgãos públicos federais e foi elaborado pela Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS, nomeada por meio da Portaria 169/2018/SEI-INPE.

3. BASES DE SUSTENTAÇÃO

A construção do primeiro PLS-INPE foi precedida da realização de um diagnóstico histórico-situacional, que envolveu o levantamento das principais ações e práticas alinhadas ao conceito de sustentabilidade, já adotadas pelo Instituto, e dados sobre aquisição e consumo de produtos e serviços.

O referido diagnóstico serviu de base para a elaboração e compôs o documento do PLS-INPE 2013. Em 2015 foi nomeada uma comissão para fazer a revisão do PLS, assim foi elaborado o PLS-INPE 2016. Com base na análise detalhada dos Relatórios de Acompanhamento dos PLSs anteriores, na legislação vigente sobre sustentabilidade, bem como nas informações provenientes de especialistas no ramo, foi desenvolvido o presente documento.

O PLS-INPE está organizado em quatro seções principais: Apresentação, Introdução, Bases de Sustentação do PLS-INPE e Temas.

4. ESTRUTURAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO

4.1. Objetivos

O PLS-INPE estabelece as diretrizes e propõe um conjunto de ações para a promoção da gestão sustentável de recursos, levando-se em consideração os atributos de sustentabilidade, de modo que se reduzam os impactos e que se combatam os desperdícios, que sejam aprimoradas as estruturas e sistemas de serviços das edificações construídas ou reformadas e a conscientização da comunidade do INPE quanto à importância da implantação de medidas que promovam a sustentabilidade.

4.2. Diretrizes e Metodologia de Trabalho

A metodologia utilizada na elaboração e execução do PLS-INPE baseia-se em diretrizes, a partir das quais são norteadas as ações do plano, criando condições para a promoção de mudanças na cultura institucional do órgão e contribuindo para o alcance dos resultados esperados.

As seguintes diretrizes e práticas de sustentabilidade devem ser observadas na gestão e ações de logística sustentável: atendimento ao princípio dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar); promoção e adoção de práticas de consumo sustentável e do pensamento considerando o ciclo de vida; atendimento às normas ligadas aos sistemas de gestão da qualidade, social, ambiental e da sustentabilidade; e opção pelas ações que promovam o menor impacto e maior sinergia para a melhoria da sustentabilidade.

Como referência principal desta metodologia, adotou-se a Cartilha “Como Implantar a A3P” (produzida no âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P), que inclui seis etapas, a saber: (i) realização de diagnósticos; (ii) elaboração do plano; (iii) aprovação do plano; (iv) implementação do plano; (v) avaliação do plano e; (vi) avaliação crítica e revisão de metas.

As **ações** deste Plano estão estruturadas em **Temas** e contemplam questões exploradas no conceito de logística sustentável proposto na IN SLTI/MPOG nº 10/2012.

Foram desenvolvidas ações para 11 (onze) Temas, incluindo: Qualidade de Vida, Material de Consumo, Água e Esgoto, Energia Elétrica, Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis, Compras e Contratações Sustentáveis, Telefonia e Transmissão de Dados, Serviço de Impressão Corporativa, Obras e Manutenção Predial, Manutenção de Áreas Verdes, Comunicação e Capacitação Massivas Afetas ao Tema Sustentabilidade.

As metas de cada Tema foram estabelecidas de acordo com a visão de negócio dos responsáveis das áreas correlatas.

O ciclo considerado para a realização das ações de cada tema se estende de agosto do ano corrente a julho do ano subsequente.

5. TEMAS

As ações do PLS-INPE são agrupadas pelos temas descritos na tabela a seguir. Para cada tema, são descritos: objetivo, indicador, meta anual e respectivas ações de sustentabilidade a serem adotadas ou mantidas pelas Unidades responsáveis por sua execução no ciclo de um ano, bem como os resultados esperados em cada ação.

TEMA 1 - QUALIDADE DE VIDA		
Objetivo	Promover a qualidade de vida dos servidores e colaboradores do INPE	
Indicador	Número de participantes nos programas e ações voltadas para qualidade de vida per capita	
Meta Anual	Obter a participação de 10% do total de colaboradores nas ações/eventos realizados	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Envolvida
1. Manter o programa de vacinação preventiva contra a gripe Influenza H1N1 Sazonal e/ou outras Campanhas de vacinação se necessárias.	Realização de Campanhas	DIR SCSAS/COCRH
2. Realizar, por meio do NUPAT, os exames médicos periódicos em servidores, preconizados pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS;	Exames periódicos realizados	DIR NUPAT/SCSAS/COCRH
3. Implantar o Programa Momento Saúde, com realização de palestras sobre temas pertinentes.	Programa Momento Saúde funcionando	SCSAS/COCRH
4. Prover o atendimento/acompanhamento de servidores na área social, saúde e aconselhamento médico.	Atendimento/acompanhamento/aconselhamento de servidor	SCSAS/COCRH
5. Realizar pesquisas de satisfação e de aferição da qualidade de vida no ambiente de trabalho.	Pesquisa de satisfação realizada	SESGC/COCRH
6. Realizar eventos de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.	Eventos realizados	SESGC/SCSAS/COCRH
TEMA 2 - MATERIAL DE CONSUMO		
Copo descartável		
Objetivo	Reduzir os custos financeiros e o passivo ambiental decorrentes da utilização de copos descartáveis	

Indicador	Porcentagem (%) de redução no consumo mensal de copos descartáveis de café e de água per capita	
Meta Anual	Reduzir em 5% per capita, o consumo de copos descartáveis	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Envolvida
1. Estimular, por meio de campanha de conscientização, o uso de copos e canecas reutilizáveis;	Campanhas realizadas	CGPLS SESIA/COADM URURC/COADM
2. Distribuir de canecas com logotipo do INPE aos colaboradores;	Canecas distribuídas	DIR SESIA/COADM URURC/COADM
3. Reduzir o número de locais com disponibilidade de copos descartáveis;	Redução efetuada	SESIA/COADM URURC/COADM
4. Reduzir, gradativamente, o fornecimento de copos descartáveis para cada setor;	Redução efetuada	SESIA/COADM URURC/COADM
5. Manter controle da aquisição dos copos, reduzindo a quantidade comprada.	Controle mantido	SESIA/COADM URURC/COADM
Papel para impressão		
Objetivo	Reduzir os custos financeiros e o passivo ambiental decorrentes do consumo de papel para impressão	
Indicador	Porcentagem (%) de redução no consumo mensal de folhas de papel de impressão per capita	
Meta Anual	Reduzir em 5% per capita, o consumo de papel de impressão	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Envolvida
1. Configurar microcomputadores para a impressão frente e verso;	Microcomputadores configurados neste padrão	SCSTI/COCTI
2. Substituir, sempre que possível, o uso de documento impresso por documento digital nos processos administrativos;	Substituições possíveis realizadas	Todas as Unidades INPE
3. Realizar campanhas de conscientização e orientação para o uso racional de papel de impressão.	Campanhas realizadas	CGPLS SCSTI/COCTI

TEMA 3 - ÁGUA E ESGOTO		
Objetivo	Promover o consumo racional de água nas instalações do INPE	
Indicador	Porcentagem (%) de redução no consumo mensal de água nas instalações do Instituto por área construída	
Meta Anual	Reduzir em 10% do consumo de água por área construída	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Envolvida
1. Substituir torneiras de volante por torneiras temporizadas e válvulas de descarga por caixas acopladas, com descargas de dois estágios;	Torneiras e válvulas substituídas	SEEMA/COADM URURC/COADM
2. Instalar um hidrômetro por prédio, com vistas a estabelecer um controle mais eficaz do consumo de água;	Hidrômetros instalados	SEEMA/COADM URURC/COADM
3. Realizar campanhas de sensibilização para o uso racional e consciente de água nos prédio, na Intranet e e-mail;	Campanhas realizadas	SEEMA/COADM URURC/COADM
4. Ampliar os sistemas de captação de águas pluviais;	Sistemas ampliados	SESIA/COADM URURC/COADM
5. Utilizar da água armazenada nos reservatórios de águas pluviais existentes para rega das plantas da área verde (Verificar a viabilidade de colocar no próximo contrato de manutenção da área verde, o fornecimento de serviços de caminhão pipa para utilização dessa a água).	Águas Pluviais utilizadas	SESIA/COADM URURC/COADM
TEMA 4 - ENERGIA ELÉTRICA		
Objetivo	Promover o consumo racional de energia elétrica nas instalações do INPE	
Indicador	Porcentagem (%) de redução no consumo mensal de energia em kW por área construída	
Meta Anual	Reduzir o consumo de energia por área construída em 5%	

Ações	Resultados Esperados	Unidade Envolvida
1. Substituir os aparelhos de ar condicionado por modelos mais econômicos tipo <i>split</i> e <i>multisplit</i> ;	Substituições efetuadas	SEEMA/COADM URURC/COADM
2. Instalar sensores de presença em áreas coletivas para o acendimento de lâmpadas;	Instalações efetuadas	SEEMA/COADM URURC/COADM
3. Construir a cabine de energia elétrica primária na Unidade de Cachoeira Paulista, alterando a entrada de potência de 13,2kV (quilovolt) para 88kV, a fim de ampliar a disponibilidade de energia elétrica em atendimento à demanda crescente, e conseqüentemente, reduzir o valor do kWh cobrado;	Cabine construída	SEEMA/COADM URURC/COADM
4. Implantar a subestação elétrica de 88kV em São José dos Campos, também com o objetivo de ampliar a disponibilidade de energia elétrica em atendimento à demanda crescente, e conseqüentemente, reduzir o valor do kWh cobrado;	Implantação efetuada	SEEMA/COADM URURC/COADM
5. Substituir gradativamente a iluminação do INPE por iluminação a LED, por ser a que consome menos energia.	Substituições efetuadas	SEEMA/COADM URURC/COADM
6. Promover a implantação de painéis solares para captação de energia na unidade de Cachoeira Paulista	Painéis solares funcionando	DIR SEEMA/COADM URURC/COADM
TEMA 5 - COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS		
Objetivo	Fazer o descarte adequado dos resíduos recicláveis	
Indicador	Nenhum	
Meta Anual	Manutenção da coleta seletiva de resíduos recicláveis	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Manter o programa de coleta seletiva de resíduos recicláveis;	Programa mantido	SESIA/COADM URURC/COADM

2. Realizar campanhas de sensibilização e conscientização junto à comunidade, quanto à importância do descarte adequado e da realização da coleta seletiva de resíduos recicláveis;	Campanhas realizadas	SESIA/COADM URURC/COADM
3. Reavaliar os postos de coleta de material reciclável;	Postos reavaliados	SESIA/COADM URURC/COADM
4. Colocar, nos ambientes de trabalho, lixeiras específicas para descarte de papel.	Lixeiras colocadas nos ambientes	SESIA/COADM URURC/COADM
TEMA 6 - COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS		
Objetivo	Implantar uma cultura de cuidado com o meio ambiente em todo processo de compra	
Indicador	Porcentagem de contratações e compras, da área meio, com critérios de sustentabilidade	
Meta Anual	Adequar 70% das novas contratações da área meio com critérios de sustentabilidade	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Manter as exigências de critérios de sustentabilidade para os processos de compras (licitatórios ou não), conforme a legislação vigente e, que em caso de dúvidas sobre o objeto atende critérios de sustentabilidade, consultar o CATMAT*.	Critérios de sustentabilidade mantidos	DIR URURC/COADM
2. Capacitar e ampliar a literatura de suporte no processo de compras e contratações sustentáveis;	Capacitação efetuada e literatura de suporte ampliada	DIR SESGC/COCRH URURC/COADM
3. Incluir, nos contratos de serviço de limpeza, cláusulas de adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e de utilização de produtos biodegradáveis;	Cláusulas incluídas	SESIA/COADM URURC/COADM
4. Fomentar compras compartilhadas.	Compras compartilhadas fomentadas	DIR SESCR/COADM URURC/COADM

TEMA 7 - TELEFONIA (FIXA E MÓVEL) E TRANSMISSÃO DE DADOS		
Objetivo	Reduzir a média mensal de gastos com serviços de telefonia e transmissão de dados	
Indicador	Porcentagem (%) de redução na média mensal per capita de gastos somados com telefonia (fixa e móvel) e transmissão de dados	
Meta Anual	Reduzir em 10% per capita os gastos com serviços de telefonia	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Substituir, o sistema de telefonia convencional (PABX) pelo sistema de telefonia “Voz sobre IP” (ou <i>Voice over Internet Protocol</i>) – VoIP, com vistas à redução dos custos com manutenção da estrutura de telefonia;	Substituição efetuada	SCSTI/COCTI
2. Estimular o uso de serviços de comunicação por voz na Internet (tais como Skype, Viber, entre outros), a fim de reduzir os gastos com chamadas interurbanas;	Estimulado uso de comunicação por voz	DIR SCSTI/COCTI
3. Revisar as senhas dos telefones para reduzir o acesso às ligações externas;	Revisão efetuada	DIR SCSTI/COCTI
4. Restringir o uso do serviço de telefonia móvel, por meio de redução do número de celulares corporativos.	Número de celulares corporativos reduzido	DIR SCSTI/COCTI
TEMA 8 - SERVIÇO DE IMPRESSÃO CORPORATIVA		
Objetivo	Reduzir a quantidade de páginas impressas	
Indicador	Porcentagem (%) de redução na média mensal per capita de páginas impressas	
Meta Anual	Reduzir em 10% per capita a média mensal per capita de páginas impressas	

Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Manter atualizada a documentação que descreve a distribuição atual de impressoras corporativas, incluindo quantidade de impressoras instaladas, quantidade de suprimentos utilizados, quantidade de páginas impressas e custo do serviço;	Documentação atualizada	SCSTI/COCTI
2. Restringir o número de usuários que podem utilizar as impressoras corporativas;	Número de usuários reduzido	DIR SCSTI/COCTI
3. Estimular a troca de documentos em modo digital;	Estímulo mantido	DIR SCSTI/COCTI
4. Manter, nos próximos contratos do serviço de impressão corporativa, cláusula referente à obrigação da contratada de descartar adequadamente toners e cartuchos;	Cláusula mantida	SCSTI/COCTI

TEMA 9 - OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL

Objetivo	Adotar critérios de sustentabilidade nas obras, reformas e serviços de manutenção do INPE
Indicador	Nenhum
Meta Anual	Realizar 80% das obras, reformas e manutenções seguindo diretrizes e princípios de sustentabilidade, adotando, para tanto, práticas que coadunam com os mesmos

Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Implantar manutenção predial preditiva e preventiva, objetivando redução de custos com manutenção corretiva;	Manutenção Predial preditiva e preventiva implantada	SEEMA/COADM URURC/COADM
2. Identificar e utilizar, nas obras, reformas e serviços de manutenção predial, sempre que possível, materiais duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e/ou com origem em recursos naturais renováveis.	Utilização de materiais sustentáveis	SEEMA/COADM URURC/COADM

TEMA 10 - MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES		
Objetivo	Garantir a manutenção de áreas verdes, de forma adequada, para a promoção da qualidade de vida e prestação de serviços ambientais	
Indicador	Nenhum	
Meta Anual	Manutenção adequada das áreas verdes	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Estabelecer mecanismos de gestão de podas, erradicação e plantio de plantas;	Mecanismos estabelecidos	SESIA/COADM URURC/COADM
2. Estabelecer mecanismos de controle da irrigação das áreas verdes;	Mecanismos estabelecidos	SESIA/COADM URURC/COADM
3. Elaborar protocolo de controle de pragas de forma sustentável;	Protocolo sustentável estabelecido	SESIA/COADM URURC/COADM
4. Realizar aproveitamento de resíduos vegetais na adubação.	Resíduos 100% aproveitados	SESIA/COADM URURC/COADM
TEMA 11 - COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÃO MASSIVA AFETAS AO TEMA SUSTENTABILIDADE		
Objetivo	Manter a mobilização dos colaboradores quanto ao tema sustentabilidade	
Indicador	Nenhum	
Meta Anual	Realizar 100% das ações programadas	
Ações	Resultados Esperados	Unidade Responsável
1. Semanalmente – Providenciar comunicação com a comunidade inpeana sobre sustentabilidade por meio de <i>pop ups</i> na Intranet e mala direta por e-mail;	<i>Pop ups</i> na Intranet e mensagens (mala direta) semanais	CGPLS SCSTI/COCTI
2. Mensalmente – Promover anúncios em quadros de avisos nas áreas;	Anúncios mensais executados	CGPLS GBDIR/NUCIM
3. Semestralmente - Promover palestras afetas ao tema sustentabilidade;	Palestras semestrais efetuadas	CGPLS URURC/COADM SESGC/COCRH

4. Anualmente – Promover cursos de capacitação para a Comissão e áreas de compras e contratos;	Cursos anuais realizados	CGPLS URURC/COADM SESGC/COCRH
5. Anualmente – Apresentar o Relatório do PLS com revisão para o próximo período.	Relatório anual apresentado	CGPLS

* *Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) é um sistema informatizado que permite a catalogação dos materiais destinados às atividades fins e meios da Administração Pública.*

6. INVENTÁRIO DE BENS - ITENS SUSTENTÁVEIS

Quaisquer itens que componham o inventário patrimonial e o inventário do almoxarifado que venham a ser substituídos deverão comprados ou licitados atendendo a legislação vigente no que diz respeito à sustentabilidade, incluindo as orientações dos órgãos de controle, STI/MP e assessoria jurídica. Em caso de dúvidas sobre a aplicação de sustentabilidade para determinados objetos, deverá ser consultado o sítio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que apresenta materiais e serviços catalogados no Governo Federal, classificados como itens sustentáveis: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Catmat/Conitemmat1.asp>.

7. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 26000:2010: diretrizes em responsabilidade social. Rio de Janeiro, 2010.

FISHER, J.; BONN, I. Business sustainability and undergraduate management education: an australian study. Higher Education, v. 62, n. 5, p. 563–571, Jan. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de desenvolvimento sustentável. New York, 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods12/> >

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. Our common future. Oxford, 1987.

Assinado eletronicamente por:

Mary Cleide Hernandes Mantovaneli

Presidente da Comissão

Lília de Sá Silva

Vice-presidente da Comissão

Anísio Messias Moliterno (URURC)

João Paulo Estevam de Souza (SESEQ)

João Valdecir Bento (COLIT)

Luciano Fernandes Sacilotto (SESAA)

Marley Cavalcante de Lima Moscati (DIDMD)

Maria Teresa Malaquias de Albuquerque (SCSAS)

Membros